

Aprovado no Senado o adiamento da LGPD para janeiro de 2021

16.04.2020 2 minutos de leitura

No dia 03 de abril de 2020, o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 1.179 de 2020, elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSD/MG) que adia a entrada em vigor da maior parte da Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") para janeiro de 2021. O PL traz um conjunto de regras que visam flexibilizar relações jurídicas privadas durante a pandemia da COVID-19, criando o que chama de RJET (Regime Jurídico Emergencial e Transitório). A proposta aprovada pelo Senado foi um substitutivo de autoria da senadora relatora Simone Tebet (MDB-MS) com emendas próprias e incorporando também parte das emendas apresentadas pelos demais senadores.

O projeto é dividido em 12 capítulos e refere-se a assuntos como contratos, locações, regimes societários, direito do consumidor, direito concorrencial, entre outros. Quanto à LGPD, o PL prevê que o início da vigência de suas regras, antes previsto para agosto deste ano, seja prorrogado para janeiro de 2021 e que suas multas e sanções sejam válidas apenas a partir de agosto de 2021.

A senadora relatora afirmou, em parecer, que ainda que a proteção de dados precise ser assegurada em sua plenitude no país, inúmeras empresas estariam impossibilitadas de, no presente momento, se adequar à LGPD em razão da pandemia, tendo em vista que precisariam contratar outras empresas responsáveis pela gestão de dados pessoais para o cumprimento de algumas das disposições da lei.

Após a aprovação do Plenário do Senado Federal, o Projeto segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

Este conteúdo faz parte do informativo "**COVID-19 e reflexos nas áreas de Propriedade Intelectual e Proteção de Dados**". Clique no título ao lado para ler na íntegra. Quer receber nossos conteúdos no seu e-mail? **Faça seu cadastro.**

LEIA TAMBÉM:

COVID-19: Normativo - confira algumas medidas tomadas pelo Executivo, Legislativo e pelas Agências Reguladoras

Ministério Público Federal publica cartilha com orientações sobre flexibilização de contratações públicas em decorrência da COVID-19

COVID-19: Novos Impactos na indústria de Óleo e Gás

COVID-19 e os impactos no Direito da Concorrência

Impactos da pandemia de COVID-19 nas relações trabalhistas são debatidos em webinar

BMA no Congresso: Especial COVID-19 e Medidas Provisórias

COVID-19 e seus efeitos no Licenciamento Ambiental Federal

COVID-19 e seus impactos nas relações público-privadas

CVM propõe audiência pública sobre assembleias inteiramente digitais

BMA Responde: Impactos da pandemia de COVID-19 nas relações trabalhistas; assista no nosso Instagram

Crédito da imagem: Pressfoto/Freepik